

20 Anos na União Europeia: Os Sonhos Concretizados e por Concretizar

Manuel Porto*

Vale bem a pena fazer uma avaliação do que foram os primeiros vinte anos de participação de Portugal na União Europeia; com implicações nos mais diversos domínios, designadamente nos domínios político, económico e social.

1. O pedido de adesão foi feito logo em 1977, quando, depois de uma ditadura de direita de várias décadas, não se estava ainda livre de cair numa ditadura de esquerda. Trata-se de situação de que nos teríamos libertado uns anos depois, com a queda dos regimes comunistas em toda a Europa. Mas é fácil imaginar os prejuízos, as convulsões e os sacrifícios que teríamos sofrido se a democracia não se tivesse consolidado logo nos anos 70.

A entrada nas Comunidades, com a exigência de que os países membros sejam democracias políticas e com as oportunidades de crescimento que proporcionou, ajudou a libertar-nos de tal risco.

2. No plano económico, os primeiros anos foram de enorme êxito, com o PIB a crescer em média 5,6% ao ano entre 1986 e 1992, o investimento a crescer na casa dos 10%, o investimento estrangeiro a duplicar nos três primeiros anos e a taxa de desemprego a manter-se relativamente baixa, no quadro europeu (em alguns anos a baixar).

Estamos agora infelizmente muito longe destes números. A par de outros factores, tendo partido de valores muito mais afastados, nos anos 90 sofremos com as exigências de convergência nominal estabelecidas pelo Tratado de Maastricht, para – em boa hora! – estar no “pelotão da frente” dos países que adoptaram o euro. E os dados têm vindo a piorar na década actual, crescendo menos do que os demais países, passando por isso a haver maior divergência real, com o desemprego a aumentar significativamente.

Mas não deixa de ficar para a história a convergência real do PIB *per capita* português em relação ao PIB *per capita* da União, de 55,1% em 1986 para 72,5% em 2002; ou seja, uma aproximação de mais de 17 pontos percentuais; sendo para nós seguro que os piores resultados actuais não são consequência de estarmos na União – seriam piores (e sem dúvida com muito menos perspectivas em relação ao futuro) se estivéssemos fora...

* Professor Catedrático da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra.

a) Para o êxito conseguido foi dado um contributo importante pelos fundos estruturais a que, como membros da Comunidade Europeia, passámos a ter direito. Não sendo fácil distinguir o que foi consequência destes fundos, em relação ao que teria acontecido sem eles, estudos da própria Comissão apontam para que o crescimento *adicional* acumulado por eles proporcionado terá sido de 9,2% até 1999 e poderá ser de 8,9% até 2020 (de 9,5% para a Grécia, até 2010, e de 8,7% para a Espanha, também até 2020).

b) Para o êxito da economia portuguesa, bem como para o progresso da sociedade portuguesa em geral, terá sido todavia de importância bem maior a exigência de abertura e competitividade a que passámos a ser obrigados no seio da União Europeia.

Desde o Estado Novo vivemos numa economia muito "protegida", fruto de ideologias de grande crença na intervenção pública, desmotivadora e limitadora da iniciativa privada. Assim aconteceu com um regime de direita, durante mais de quarenta anos, e com políticas de esquerda, a seguir ao 25 de Abril.

Só com a entrada nas Comunidades deixou de poder haver monopólios estaduais obsoletos, que no campo económico chegavam aos domínios da importação de bacalhau, açúcar e álcool, bem como a muitas outras formas de condicionamento e "protecção".

A exigência de se concorrer, em mercados abertos, obrigou-nos a afastar ideias feitas e intervenções que acabavam por impedir que os consumidores e os empresários pudessem ter bens intermediários de melhor qualidade e preços mais baixos.

Curiosamente, apesar dos exemplos tão negativos de privilégios públicos, vindos do Estado Novo e acentuados com o 25 de Abril, trata-se de privilégios que continuam a verificar-se em alguns domínios (um exemplo marcante é o da televisão pública), com prejuízos enormes para a concorrência e para os contribuintes portugueses: sendo de facto prejudicados não só os consumidores, também os contribuintes, onerados com a manutenção de empresas e serviços ineficientes, inevitavelmente com um sacrifício maior para os mais pobres, com uma tributação que não é realista pensar que possa deixar de ser regressiva.

c) Mas para além de alguns exemplos de facto negativos, Portugal, a par de tantos outros países, tem exemplos excelentes mostrando o que pode ser conseguido com oportunidades ampliadas, com empresários dinâmicos a promover produções e oportunidades de emprego.

Importa recordá-lo quando tem de se sublinhar que um outro desencanto com a entrada nas Comunidades está na acentuação dos desequilíbrios regionais.

Quando havia mais obstáculos físicos e proteccionismos, com a prevalência do transporte marítimo, compreende-se que o desenvolvimento de Portugal se verificasse em muito maior medida no litoral, e aqui principalmente junto aos portos mais importantes, levando à bipolarização. Recordando dois ou três números, pode lembrar-se que em 1985, no ano anterior à entrada de Portugal e da Espanha, vinham deste nosso único vizinho apenas 7% das nossas importações e iam para lá apenas 3% das nossas exportações (além de outros entraves, bem conhecidos, a média nominal dos nossos

impostos alfandegários sobre os produtos espanhóis era de 19% e a média dos seus impostos sobre os nossos produtos era de 22%).

Agora, sem fronteiras, verifica-se o que seria de esperar, com o mercado espanhol a ser de longe o nosso principal mercado (vão para lá 25% das nossas exportações e vêm de lá 27% das nossas importações) e sendo o mercado português também de relevo assinalável para a economia do país vizinho; com a acentuação ano a ano do relevo do transporte relevo sem fronteiras com a Espanha.

É pois desanimador que esta aproximação (verificada também por exemplo no turismo), não se tenha reflectido num maior equilíbrio regional, com um desenvolvimento maior do interior e a atenuação da bipolarização portuguesa (resultante, é hoje mais claro do que nunca, da intervenção pública, numa lógica que caberá aos cientistas políticos analisar em todas as suas determinantes).

3. No mundo globalizado a que felizmente não podemos fugir, ser membro da União Europeia representa também participar, com um poder de intervenção que está muito acima do peso relativo da nossa população, num dos dois maiores blocos do mundo; constituindo o pólo de maior destino de investimento privado estrangeiro e tendo 13 (em breve mais) dos países membros uma moeda única que, sendo de longe a segunda moeda mais importante do mundo, tem já hoje a primazia nas aplicações financeiras internacionais.

Portugal tem assim (só assim...) relevo na política monetária internacional, com o Governador do Banco de Portugal a participar no Conselho de Administração do Banco Central Europeu, onde dispõe de voto não ponderado, a par dos Governadores dos Bancos Centrais dos países de maior dimensão na Eurolândia.

Neste domínio e em todos os demais aumenta de um modo muito sensível a nossa capacidade de participação nos vários continentes onde temos responsabilidades históricas e excelentes perspectivas de futuro, tal com está a acontecer por exemplo no Brasil, em Angola e em Macau (como território de uma das grandes potências do século XXI).

Em caso algum fica diminuída a nossa capacidade de intervenção nacional, pelo contrário, é fortemente aumentada por sermos membros da União Europeia. Sentimo-lo nós próprios, em relação às oportunidades que se abrem no mundo académico. E sentem-no sem dúvida também, porventura em maior medida, os nossos empresários, membros de uma Europa que continuará a ser uma referência e um pólo de atracção no plano mundial.